
**HISTÓRIA, JORNALISMO, LITERATURA:
NARRATIVAS SOBRE A TOMADA DE LAGUNA (1839)**

History, journalism, literature:
narratives on the capture of Laguna (1839)

Camila Garcia Kieling¹

RESUMO: Analisamos três tipos de discurso a respeito do episódio da Tomada de Laguna, evento ocorrido em 1839, durante a Revolução Farroupilha (1835-1845): o histórico, tendo como referência Moacyr Flores (1990 e 2008); o jornalístico, através do primeiro periódico oficial da República Rio-Grandense, o jornal *O Povo*; e o literário, no romance *O Vaqueano*, de Apolinário Porto-Alegre, publicado em 1872. Para tanto, nosso arcabouço teórico está fundamentado no culturalismo de Edgar Morin (2006), além dos autores da História Cultural Peter Burke (2005) e Sandra Pesavento (2008). Nosso objetivo é realizar um cruzamento interpretativo entre esses discursos, a fim de reconstituir um percurso das representações dos acontecimentos da Tomada de Laguna.

PALAVRAS-CHAVE: História Cultural; História da Imprensa no RS; Literatura; Século XIX; Revolução Farroupilha.

ABSTRACT: In this paper we analyze three types of discourse pertaining to the Capture of Laguna, occurred in 1839 during the period of the War of the Farrapos (1835-1845): the historical, based on Moacyr Flores (1990 and 2008); the journalistic, through the first official periodical of the Rio-Grandense Republic, the newspaper *O Povo*; and the literary, as presented in the 1872 novel *O Vaqueano*, by Apolinário Porto-Alegre. For this purpose, we have based our theoretical framework on Edgar Morin's Culturalism (2006), and also on Cultural History authors Peter Burke (2005) and Sandra Pesavento (2008). We aim to perform a cross-interpretation of these discourses, in order to reconstruct a representational itinerary of the events related to the Capture of Laguna.

KEYWORDS: Cultural History; History of the Press in the State of Rio Grande do Sul; literature; 19th century; War of the Farrapos.

¹ Doutoranda e bolsista da CAPES/Prosup. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

*Livre da memória e da esperança,
ilimitado, abstrato, quase futuro,
o morto não é um morto: é a morte.
Como o Deus dos místicos,
de Quem devem negar-se todos os predicados,
o morto ubiquamente alheio
não é senão a perdição e a ausência do mundo.
Tudo dele roubamos,
não lhe deixamos uma cor nem uma sílaba:
aqui está o pátio que já não compartilham seus olhos,
ali a calçada onde sua esperança espreitava.
Até o que pensamos poderia estar pensando ele também;
repartimos como ladrões
o caudal das noites e dos dias.
Jorge Luis Borges*

Podemos relacionar o poema *Remorso por qualquer morte* ao labor dos jornalistas, historiadores e ficcionistas, em sua analogia com o tempo. Aquilo que está morto, que já passou, ou que não existe, provoca especial fascínio sobre os seres humanos, mas narrar, reconstituir ou criar fatos mostra-se tarefa tão difícil quanto fascinante. Elementos como veracidade, verossimilhança, sensibilidade e memória atravessam-se no fazer jornalístico, historiográfico e literário e, na perspectiva de uma História Cultural relacionada à Comunicação, que propomos aqui, lançam o pesquisador nas teias da interdisciplinaridade. A tentativa de cruzar e compreender esses diferentes discursos revela questões importantes do passado, mas também do presente, do local da escrita. A esse respeito, a historiadora Sandra Pesavento afirma:

As versões do passado, são, pois, temporárias em sua validade, mesmo que sejam todas realizadas mediante laborioso trabalho de arquivo. O que muda não é o acontecimento em si, mas sua forma de interpretá-lo, fazendo da história um contínuo retercer de tramas e respostas. (2008, p. 184)

Neste ensaio, analisamos três tipos de discurso a respeito do episódio da Tomada de Laguna, na província de Santa Catarina, ocorrido em 1839: o histórico, tendo como referência o autor Moacyr Flores; o jornalístico, através do primeiro periódico oficial da República Rio-Grandense, o jornal *O Povo*, nas edições de 10 e 20 de agosto de 1839; e o literário, no romance *O Vaqueano*, de Apolinário Porto-Alegre, publicado em 1872. Acreditamos que a escolha desse objeto é de grande relevância, tendo

em vista a importância da Revolução Farroupilha (1835-1845) como alicerce das mais diversas representações do estado do Rio Grande do Sul, como uma espécie de mito fundador. Para Pesavento, “a Revolução Farroupilha é, na verdade o carro-chefe de uma forma determinada de interpretar o Rio Grande e o seu povo que se encontra muito arraigada, há vários anos, na consciência do homem comum” (1985, p. 75).

A Revolução Farroupilha (1835-1845) foi um conflito que surgiu no contexto de diferentes revoltas das províncias periféricas durante o período regencial brasileiro, que tem começo com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831. A renúncia do monarca foi o ato extremo, resultado de uma série de fatores, entre eles a inflação e o aumento no custo de vida que colocaram elites, classe média e o povo em geral do mesmo lado.

Com a renúncia, os interesses sobre como dar continuidade ao processo político no Brasil se dividiram: “Havia basicamente três respostas [para a revolução]: negar (absolutistas ou ultramonarquistas), completar e encerrar (vertente conservadora do liberalismo) e continuar (vertente revolucionária do liberalismo)” (MOREL, 2003, p. 21). Três partidos disputavam o poder: Partido Restaurador (ou Caramuru), que defendia a volta de D. Pedro I e a instalação do absolutismo; Partido Liberal Moderado (Chimango), representante da aristocracia rural, que defendia a monarquia escravista, ou seja, o liberalismo moderado das elites; e o Partido Liberal Exaltado (Juruubas ou Farroupilhas), que propunha de forma mais veemente a liberdade das províncias (SILVA, 1992).

É nesse contexto que, na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, um quadro complexo de fatores leva ao levante armado contra o Império. A relação entre o sul e a Coroa, marcada pelas barganhas envolvendo o componente militar-fronteiriço e pela economia baseada na pecuária da região, vai se tornando mais frágil, especialmente após a conquista da Independência pela província Cisplatina (1828). Além da derrota militar, o modo de produção rudimentar da província não era capaz de competir com os *saladeros* cisplatinos (PESAVENTO, 1997). Politicamente, a Corte ignorava as reivindicações vindas do sul com o centralismo monárquico, através da nomeação dos presidentes da província e do controle sobre a distribuição dos recursos entre as províncias. Como agravante, Hartmann (2002) ressalta o desinteresse por parte do governo central em relação às mais básicas questões reclamadas pela Província de São Pedro – entre elas, a construção de estradas.

Todos esses fatores opressivos, – o fracasso militar, as dificuldades econômicas, a impossibilidade de reinvidicação, – somados a um espírito do tempo marcado pelos ideais da Independência Americana, – canalizaram-se na política, levando quadros da elite rio-grandense a eclodir em armas a 20 de setembro de 1835.

Augusto Meyer, no ensaio *Gaúcho, história de uma palavra*, publicado pela primeira vez em 1941, cita Carlos Dante de Moraes, corroborando a importância dos aspectos simbólicos relacionados ao decênio farroupilha. O autor ressalta a mudança verificada entre fins do século XVIII e a revolução de 1835: “O que estava em germe num modo de vida rude e instintivo, se alça aos poucos ao plano político. É uma verdadeira tomada de consciência o que se verifica” (2002, p. 40). Também concorda o mais importante pesquisador da imprensa farroupilha, Francisco Riopardense de Macedo, ao afirmar que a Revolução “reuniu aspirações e experiências tão diversas que seu documentário, pouco examinado ainda, tende a se tornar o grande repositório para entender a alma rio-grandense” (1994, p. 14-15).

A abordagem culturalista mostra-se aqui adequada, já que é na multiplicidade dos fazeres narrativos, ou seja, através do jornalismo, da história e da literatura, que buscamos a riqueza dos olhares sobre um mesmo fato. Como afirma Peter Burke: “narrativas complexas, expressando uma multiplicidade de pontos de vista, são uma maneira de tornar inteligíveis os conflitos, bem como de resistir à tendência à fragmentação” (2005, p. 160).

Trabalhamos com a categoria *cultura* proposta por Edgar Morin em *O espírito do tempo* (2006), publicado pela primeira vez em 1962. Na obra, o autor faz uma análise da cultura de massas do século XX, como resposta à teoria crítica frankfurtiana e propondo, a partir do jesuíta e erudito francês Michel de Certeau (1925-1986), a *cultura* como “a maneira como se vive um problema global”.

Morin parte das diversas abordagens da tradição da categoria, realizando uma crítica a cada uma delas: a estruturalista, por restringir a *cultura* à linguagem; a antropológica, por ligá-la a tudo aquilo que é propriamente humano, de forma demasiado abrangente; e finalmente, a concepção tradicional de alta/baixa *cultura*, que centra o conceito nas humanidades clássicas. Questiona também seu ponto de partida (Certeau), pois este considera a cultura “o limite e o âmago que nenhuma pesquisa seria capaz de explicar, [...] a realidade mais rica de todas”. Entre a redução a estruturas organizadoras e o plasma inacessível, Morin propõe um conceito mais equilibrado de *cultura*: “um sistema que faz comunicar — em forma dialética — uma experiência existencial e um saber constituído” (MORIN, 2007, p. 77).

Nesse sentido, o saber é construído em uma relação dialética, metabolizante e bivectorizada, entre os padrões e modelos existentes e o imaginário de membros de uma determinada *cultura*:

Assim, a relação com a experiência é bivectorizada: de uma parte, o sistema cultural extrai da existência a experiência que permite assimilar e eventualmente estocar; de outra parte,

fornece à existência os quadros e estruturas que assegurarão, dissociando ou misturando a prática e o imaginário, seja a conduta operacional, seja a participação, a fruição, o êxtase. (MORIN, 2006, p. 77-78)

A *cultura* pode ser ligada a um sistema que assegura as mudanças, através das relações entre indivíduos, entre indivíduo e sociedade e entre a sociedade e cosmos. Além disso, articula a categoria ao sistema social em suas diversas realidades: política, econômica, ideológica. Fica clara a superação do esquema marxista da teoria crítica: “a cultura não é nem uma superestrutura nem uma infraestrutura, mas o circuito metabólico que associa o infraestrutural ao superestrutural” (MORIN, 2006, p. 79).

Em oposição às sociedades arcaicas, em que os mitos e a religião bastavam para explicar os fenômenos e experiências, as sociedades complexas são policulturais. Há *cultura* política, religiosa, ilustrada, nacional, de massas. Elas se cruzam e atravessam como correntes antagônicas, produzindo mudanças nas práticas, no imaginário e nas representações.

Nesse sentido, a proposta de *cultura* de Morin vem ao encontro da perspectiva de nossa análise, onde buscamos um olhar de cruzamento entre diferentes discursos a fim de chegar um pouco mais perto do provocativo *âmago* descrito por Certeau.

2. “O QUE ACONTECEU” — A HISTÓRIA POR MOACYR FLORES

Começamos com o relato do historiador Moacyr Flores, respeitado autor de diversos livros sobre a história do Rio Grande do Sul e responsável por desmitificar diversas versões consolidadas no senso comum sobre a Revolução Farroupilha como, por exemplo, a origem da denominação “farrapos”. O autor (1990, p. 23) esclarece que o termo é anterior à Revolução e não tem nada a ver com soldados de uniformes esfarrapados, já que seus combatentes eram ricos estancieiros e oficiais do Exército ou da Guarda Nacional. “Farrapos” era um apelido político que denominava os liberais exaltados com significado de “revolucionários”. No Rio de Janeiro de 1831, circulavam jornais como *Jurujuba dos Farroupilhas* e *Matraca dos Farroupilhas*.

Nas obras *Dicionário de História do Brasil* (2008) e *A Revolução Farroupilha* (1990), Flores descreve o que chama de *Combate* de Laguna, o que já nos traz elementos para reflexão. O autor não usa o nome *Tomada* de Laguna, que, em nosso entendimento, sugere algo mais heroico e definitivo na questão militar. O termo “combate” torna-se adequado na perspectiva de

que a presença farroupilha em Santa Catarina foi muito rápida, pois durou menos de 4 meses (de 22 de julho de 1839 até 15 de novembro de 1839, reação da esquadra imperial). Além disso, Flores (2008) afirma que não houve apoio popular à invasão farroupilha. Informa que Garibaldi saqueou a região do Imaruí e a população, indignada, passou a apoiar os imperiais.

O autor, baseado em cartas de Luiz Rossetti, um dos redatores d’*O Povo*, ao Ministro Domingos José de Almeida, atribui o movimento de invasão da cidade à necessidade de um porto de mar, “pois o governo uruguaio, pressionado pelo Império do Brasil, fechou o porto de Montevidéu para o comércio da República Rio-Grandense” (1990, p. 72).

Flores (1990 e 2008) narra os primeiros movimentos para o combate em Laguna: o reboque de dois lanchões, *Seival* e *Rio Pardo*, que sobre eixos e rodas de madeira foram puxados por juntas de bois em uma longa viagem por terra, escoltados por David Canabarro. Quando chegaram ao Rio Tramandaí, os lanchões foram lançados à água, velejando pela barra. O norte-americano John Griggs, responsável pela construção de duas embarcações para os farroupilhas, levou o *Seival* até a barra do Camacho, perto de Laguna. Já o *Rio Pardo*, comandado por Garibaldi, foi atingido por fortes ventos e naufragado, afogando metade da tripulação na altura de Araranguá.

As tropas de Canabarro, que vinham por terra, uniram-se ao *Seival* na barra do Camacho. O comando do *Seival* passou a Garibaldi que, junto ao piloto lagunense João Henrique, atraiu os dois lanchões imperiais que defendiam Laguna e fez com que encalhassem, sendo capturados pelos farrapos. O brigue imperial *Cometa* conseguiu escapar, levando a notícia da derrota ao Desterro, atual Florianópolis. Flores (1990) afirma que o comandante Vilas-Boas abandonou a vila de Laguna sem resistência, deixando 14 embarcações mercantes, 463 armas, 16 canhões, 36.620 cartuchos, barriletes de pólvora, espadas, munições de artilharia e fardamento.

Com a entrada de Canabarro, que contava com a vanguarda dos lanceiros de Joaquim Teixeira Nunes na cidade, em 22 de julho de 1839, Laguna passou a se chamar cidade Juliana e no dia 29 de julho de 1839 a Câmara Municipal proclamou a República Catarinense.

O autor descreve da seguinte forma o trágico fim do domínio farroupilha em Laguna:

No dia 15/11/39 a esquadra imperial, com 14 navios e 31 bocas de fogo, comandada por Frederico Mariath, coadjuvada por tropas de infantaria e cavalaria, comandadas por Santos Pereira, esmagou os republicanos. Da esquadra farrapa, quatro barcos foram a pique, enquanto os lanchões Rio Pardo e Itaparica foram incendiados pelo próprio Garibaldi. Morreram

todos os comandantes dos barcos farroupilhas, sendo que o único que escapou ileso foi Garibaldi. Começou a penosa retirada com vários combates sangrentos, até Lages, depois em direção à Província do Rio Grande do Sul. (1990, p. 72-73)

Assim, vemos que o episódio foi marcante, trágico e de interpretação complexa, como convém aos eventos que dão origem aos mitos.

“O QUE ESTÁ ACONTECENDO” — O JORNAL *O POVO*

Do relato histórico, vamos à narrativa produzida no calor dos acontecimentos, ainda que, naquela época, as informações demorassem um tempo hoje inimaginável para circular. Para termos ideia, a Tomada de Laguna ocorreu em 22 de julho de 1839 e a folha extraordinária impressa pela redação d'*O Povo* data de 20 de agosto. É bem verdade que a ágil edição de 10 de agosto, no 7º Boletim de Caçapava, já trazia a notícia de que “a esta hora a bandeira Republicana flameja sobre o porto e praças daquela capital” (*O Povo*, 10 ago. 1839, p. 1).

O conflito entre republicanos (farrapos) e legalistas (Império) durante a Revolução Farroupilha deu-se para além dos campos de batalha, refletindo-se também nos jornais e, mais tarde, na literatura produzida no estado. Apesar de incipiente (o primeiro jornal do Rio Grande do Sul, o *Diário de Porto Alegre*, data de 1827), a imprensa sul-rio-grandense do decênio farroupilha representou a grande agitação política do período regencial brasileiro. Fica clara a motivação político-partidária dos jornais, de acordo com Francisco das Neves Alves: “As publicações periódicas serviam então às duas causas em conflito, pois tanto farroupilhas quanto legalistas organizaram uma série de periódicos através dos quais defendiam suas idéias e atacavam-se mutuamente”. (2000, p. 19).

O Povo foi o mais longo periódico oficial da República Rio-Grandense e começou a ser editado na cidade de Piratini. O primeiro número data de primeiro de setembro de 1838 e o último, de 23 de maio de 1840, somando 160 números. Explica Ivan Hartmann (2002) que a decisão de ter um jornal oficial ocorreu por volta de 1837, quando os farrapos já haviam perdido a cidade de Porto Alegre e a barra da Lagoa dos Patos (Rio Grande e São José do Norte) para o Império. A ideia era levar às várias outras cidades dominadas por suas tropas e aos oficiais que elas comandavam as principais notícias do que ocorria na República.

Nesse contexto, as motivações dos jornais eram eminentemente político-partidárias. “Compostos de poucas páginas, os jornais eram usados na sua maioria antes da Guerra, para fazer propaganda ou dos farrapos ou dos

caramurus que por suas páginas se digladiavam, aumentando a temperatura política da província” (HARTMANN, 2002, p. 45).

Os equipamentos necessários para impressão foram comprados pelo ministro Domingos José de Almeida. A prensa foi paga à vista com o produto da venda de 17 escravos de propriedade de Domingos (HARTMANN, 2002). O redator d'*O Povo* foi Luiz Rossetti, um italiano refugiado no Brasil, partidário do movimento Jovem Itália, que pretendia a unificação italiana. A influência de Rossetti na direção do periódico não pode ser minimizada. De acordo com Macedo, o italiano ajudou a produzir uma “propaganda republicana de bom nível que já ensaiava críticas aos processos próprios da burguesia” (1994, p. 7).

Explica Alves, que as motivações político-partidárias ligadas ao processo de preparação e eclosão da Revolução Farroupilha foram responsáveis por um grande crescimento das atividades jornalísticas no Rio Grande do Sul. Esse mesmo fervor foi responsável pela superação das dificuldades financeiras e tecnológicas da época:

Os escritores públicos responsabilizavam-se por praticamente todas as tarefas ligadas à elaboração dos periódicos, já que redigiam a notícia, selecionavam a transcrição, revisavam as provas, gerenciavam a tesouraria e a distribuição da folha e, em alguns casos, faziam mesmo, as vezes de tipógrafo, no intento de manter acesa a flama jornalística que acompanhava as disputas políticas. (ALVES, 2000, p. 19-20)

Podemos concluir que a luta política e econômica provocou grandes gestos e paixões, os quais se refletiram de diversas formas na vida cotidiana da sociedade sulina, incluindo aí o jornalismo. É evidente que publicações como *O Povo* não se enquadram nas categorias de isenção e imparcialidade do jornalismo moderno, mas não devem ser desacreditadas como fonte de pesquisa da Comunicação. Verificamos que, na atualidade, as pesquisas lançam um olhar de perspectiva cultural a esses objetos, buscando a riqueza de representações presente nas páginas dos periódicos do século XIX, que tornam possível o acesso do pesquisador a uma *sensibilidade*, como trata Pesavento (2008).

Nesse sentido, acreditamos que o discurso presente em *O Povo* seja de grande relevância para além do papel de um palpável documento histórico, mas como fonte de estudo das formas simbólicas através das palavras e ideias que fazia circular. Para Marcos Morel (2008), “hoje em dia é cada vez mais questionável a visão que enquadra esta imprensa apenas como uma espécie de papel sagrado ou ‘elitista’ e desvinculado das tramas sociais”.

Destacamos a importante edição fac-símile do jornal *O Povo* editada pelo então Museu e Arquivo Histórico do RS (atual Museu Julio de Castilhos) em 1930, a qual tornou acessível aos pesquisadores a coleção completa do periódico que, em suas versões originais, sofre com o desgaste do tempo.

Como características físicas do periódico, temos: formato de 21 x 30 cm, com quatro páginas, salvo raras exceções, quando foi publicado com seis ou oito. No cabeçalho, o número, local e data. O título aparece em letras grandes e logo abaixo, as frases: “Jornal político, literário e ministerial da República Rio-Grandense” e “Liberdade. Igualdade. Humanidade”. O texto corre em duas colunas. No topo, abaixo das frases citadas, dois textos se repetem em todos os exemplares:

Este periódico é propriedade do Governo. Se publica na 4ª feira e sábado de cada semana. Vende-se em Caçapava na Casa do Redator, onde também se recebem Assinaturas a 4\$000 rs. em prata cada Semestre, pagos adiantados. Folhas avulsas 80 rs.

E ao lado, na segunda coluna, uma inscrição da Jovem Itália, movimento ao qual pertencia Rossetti, demonstrando o intuito do redator de construir o Jovem Rio Grande (MACEDO, 1994):

O poder que dirige a revolução, tem que preparar os ânimos dos Cidadãos aos sentimentos de fraternidade, de modéstia, de igualdade e desinteressado e ardente amor da Pátria. Jovem Itália. Vol. V.

No relato jornalístico sobre os eventos ocorridos em Laguna, percebemos, aos moldes da época, uma narrativa inflamada pelos ideais republicanos. A primeira referência à Tomada de Laguna n’*O Povo* ocorre na edição de sábado, 10 de agosto de 1839, na página 4, sob o título “7º Boletim de Caçapava”, texto assinado por José Alves de Moraes. O autor afirma que os catarinenses foram “arrancados da prepotência ignominiosa e arrogante do moribundo Governo Imperial” (*O Povo*, 10 ago. 1839, p. 4), menosprezando a força do inimigo. Faz referência aos lanchões utilizados e notamos que o nome de um deles não corresponde ao relato histórico: em vez de *Rio Pardo*, dá conta de uma embarcação chamada *Farroupilha*, além do *Seival*. Além disso, corrobora a versão histórica, narrando o feito de Canabarro ao encaminhar os lanchões por terra e também exalta os “honrados e corajosos Garibaldi e Rosetti”. Conta o envio de reforços de Lages (“toda a força daquele Município”) e da Freguesia de São José, mais 600 homens, o que

pode nos levar a imaginar uma maior adesão do povo catarinense ao movimento republicano do que informa a narrativa histórica.

A edição de 20 de agosto de 1839, n. 94, aparece com uma nova informação no cabeçalho: “Folha Extraordinária”. A edição é toda dedicada à notícia da Tomada de Laguna e da proclamação da República Catarinense. Traz, primeiramente, um texto de “Proclamação” de Domingos José de Almeida, que saúda publicamente o feito, concedendo rasgados elogios a Canabarro e sua “gloriosa Divisão Libertadora” (*O Povo*, 20 ago.1839, p. 1). Chama-nos a atenção a exaltação de um espírito americano: “[...] gloriosa jornada da Divisão Libertadora ao mando do digno Coronel Canabarro, desse americano, distinta vergôntea dos Washingtons no Sul. [...] Vivam os Defensores da Liberdade e Nacionalidade Americana!” (*O Povo*, 20 ago.1839, p. 2).

A seguir, o “8º Boletim de Caçapava” traz um texto do próprio David Canabarro, que mais uma vez traz indícios de apoio popular à ação dos farrapos: “Incessantes deprecações do Povo Catarinense a favor da sua independência e Liberdade foram dirigidas ao Governo Republicano Rio-Grandense [...]” (*O Povo*, 20 ago.1839, p. 2). Fica evidente o exagero em relação às conquistas e o menosprezo às forças oponentes. Em sua fala, Canabarro afirma que Laguna será a Capital da República Catarinense de forma interina “visto que o Município da Cidade do Desterro, único onde esse limitado número de baionetas se conservam, ainda que por curto espaço de tempo, está privado de partilhar a glória de elevar com os demais concidadãos a Pátria ao nível das Nações do Globo” (*O Povo*, 20 ago.1839, p. 3). Bem sabemos, pela história, que a cidade do Desterro jamais chegou a ser conquistada pelos farrapos.

Depois do discurso ufanista, Canabarro parte logo para as questões práticas, destacando a necessidade da eleição de um Presidente do Estado de forma provisória, até a instalação da Assembleia Constituinte. Preocupa-se também com o espólio do combate e o comprometimento dos representantes legais com a causa republicana. Deixa claro, ainda, que feitos extraordinários exigem medidas extraordinárias e que ele precisa do apoio das autoridades locais para tomar medidas que “só tendem ao bem da causa que defendemos” (*O Povo*, 20 ago.1839, p. 3).

No texto seguinte, uma correspondência da Câmara Municipal da Vila de Laguna agradece ao “Governo Republicano Rio-Grandense por ter anuído ao clamor do Povo Catarinense” (*O Povo*, 20 ago.1839, p. 4) e promete tomar as providências de publicar os editais necessários e proceder às eleições provisórias para Presidente do estado.

A *Proclamação* de Antonio Netto traz um texto exaltado, que afirma que “todo o continente de S. Catarina já forma parte integrante da República Rio-Grandense” (*O Povo*, 20 ago.1839, p. 5), quando sabemos que

a cidade do Desterro não chegou a estar sob o poder dos farroupilhas. Netto faz menção ao comércio através das águas do oceano (*O Povo*, 20 ago.1839, p. 5), afirmando que 4 embarcações sulcam o Oceano e já abalam o comércio Brasileiro na região, o que vai ao encontro do relato histórico de que o interesse dos farrapos em Laguna era a abertura para o mar. O militar também entrega a chave da salvação do Brasil: reconhecer a Federação das províncias, pois “prescindir desses princípios é promover completa ruína a esta bela porção da América”. Há no texto um desejo de unidade, de integração com a identidade brasileira: o Governo Republicano “mais se ufana abraçar patricios arrependidos, que humilhar a seu poder os contumazes” (*O Povo*, 20 ago.1839, p. 5).

Joaquim Teixeira Nunes, chefe dos Lanceiros, escreve sua Ordem de Brigada do campo em Garopaba, a 26 de julho de 1839. Aqui ele descreve o combate com mais detalhes, narrando as dificuldades frente às canhoneiras dos imperiais referidas por Moacyr Flores (1990). Nunes destaca nominalmente os esforços individuais responsáveis pelo sucesso no confronto, entre eles: Manoel Castro de Oliveira, Luiz Rossetti, Elias Soares, Bento Correio da Silva e, é claro, José Garibaldi.

No último trecho da *Folha Extraordinária*, em texto intitulado *Liberdade, Igualdade, Humanidade*, o mesmo comandante Joaquim Teixeira Nunes toca no cerne da questão ideológica dos farroupilhas: como pode uma Constituição ser ditada e executada por um imperador que há pouco tempo os dominava como colonos? Monarquia e República não podem coexistir, são *princípios que tendem a destruir-se reciprocamente*. Fica clara a busca por uma identidade fora da pecha de colonizados. Clama: *sejamos Americanos* (*O Povo*, 20 ago.1839, p. 6).

“O QUE PODERIA TER ACONTECIDO” — O ROMANCE *O VAQUEANO*, DE APOLINÁRIO PORTO-ALEGRE

Aqui, adentramos o terreno do que Pesavento (2008) chama de *sensibilidades*, e que coloca no centro da construção social das representações.

Apenas dois anos após seu fim, a Revolução Farroupilha já virou pano de fundo para a história narrada por José Antonio do Vale Caldre e Fião, médico, político, jornalista e um dos escritores fundadores do romance brasileiro, que publica em 1847, no Rio de Janeiro, *A Divina Pastora*. A obra esteve fora do alcance dos críticos literários até ser encontrada em 1992, em um sebo no Uruguai. Chega a nós o romance de 1851 *O Corsário*, publicado em folhetim no jornal *O Americano*, também na capital do Império. Ambas as obras têm a Revolução Farroupilha como pano de fundo e Caldre e Fião,

liberal e monarquista, não retrata com boas tintas os participantes da revolta, como, por exemplo, Bento Gonçalves.

Ressalta Fischer (2004) que a importância da obra de Caldre e Fião no contexto em que se insere é a sensibilidade para com a relevância do debate da formação social local. O autor participa, em 1868, em Porto Alegre, da fundação do Partenon Literário (“uma espécie de associação de intelectuais”, de acordo com Gonzaga, 1980, p. 123), juntamente com Apolinário Porto-Alegre, autor de *O Vaqueano*.

Fischer explica que o Partenon marca o começo da circulação em escala apreciável das letras, revistas e jornais. A visão dos intelectuais do grupo era marcada pelo romantismo, que se enxerga

[...] no gosto pelas descrições de figuras tidas como representativas, muito especialmente o gaúcho, pela primeira vez encarado como o “monarca das coxilhas”, o “centauro dos pampas”, isto é, idealizado. (2004, p. 39)

De acordo com Gonzaga (1980), a idolatria da Europa culta era um dos traços marcantes do grupo, que tentou conciliá-la com a visão positivista da oligarquia rio-grandense. Caberia ao Partenon, além da formação do sistema literário em nosso estado (para citar o conceito clássico de Antonio Candido, 2006), a louvação aos tipos representativos mais caros à classe dirigente. É aí que entra o gaúcho herói, sedimentado no “mito fundador” da Revolução Farroupilha.

O personagem foi retratado, pela primeira vez em linhagem culta, pelo escritor cearense José de Alencar, na obra *O Gaúcho* (1870). Tomado da tarefa de produzir um painel amplo da realidade brasileira através da literatura, Alencar retrata a região Sul através da história da personagem Manuel Canho. “Romântica até a medula”, como afirma Antonio Hohlfeldt (1982), a idealização do peão aproxima-se de várias maneiras do estereótipo da novela romântica:

Solitário, melancólico, atormentado pelo desejo de vingança, obsessivo na busca do assassino do pai. Seu sentimento de honra é rigoroso, quase bárbaro, exercendo-se, de modo instintivo, na amplidão do pampa, em consonância com os elementos mais primitivos da natureza física e animal. (GONZAGA, 1980, p. 127)

Apesar de escrito em 1869, um ano antes da publicação de *O Gaúcho*, *O Vaqueano*, de Apolinário Porto-Alegre, foi lido como uma resposta ao romance de Alencar. Republicano, abolicionista e liberal, o autor

tratou de posicionar sua personagem principal no pano de fundo histórico do episódio de Laguna, com um olhar pró-farrapo. Isso indica que os rio-grandenses urbanos, organizados em um grupo literário, optaram por sedimentar a imagem do gaúcho do campo em seus escritos.

O Vaqueano conta a história de José de Avençal. O desbravador de caminhos passa por uma tragédia ainda criança, quando seus pais são assassinados por José Capinchos. O menino é salvo pelo negro Moisés, que o entrega para ser criado por Amaral, um fazendeiro amigo. Antes de saber de sua trágica história, por ironia do destino, Avençal apaixonou-se pela filha do carrasco de seus pais, Rosita. Mesmo assim, não hesita em matar Capinchos. O vaqueano desespera-se ao perder a amada, decapitada pelo próprio irmão, e parte para o suicídio, explodindo a si mesmo e levando consigo soldados imperiais, aos brados de “Viva a República”.

A ação da história começa em 1838, com Avençal já adulto, contratado por Garibaldi e Canabarro para guiar o caminho das tropas republicanas. É o que faz e é assim que o autor narra a Tomada de Laguna:

No dia 23 de julho, o estandarte de cores amarela, encarnada e verde da República de Piratini flutuava sobre a vila, desfraldado aos ventos da vitória.

Fácil vitória sem derramamento de uma lágrima, sem a troca de um tiro.

Canabarro tratou logo de se precaver contra qualquer eventualidade. Levantou na barra uma forte-bateria em defesa do porto e fez armar quatro embarcações para o curso.

Garibaldi não só bom soldado, mas excelente marinheiro, pois na marinha piemontesa galgara até o grau do segundo-tenente por mérito, foi nomeado chefe de esquadilha.

Também em pouco infestou a costa, e raro era o dia em que não fazia presas consideráveis de navios mercantes do Império, requintando de audácia até o ponto de aparecer em frente à cidade do Desterro e de ameaçá-la com um canhoneiro. Canabarro, no continente, não descansava; os planos de hostilidades abrangiam a Província inteira. Esperava em breve ocupar toda a ilha de posições tão importantes, que o tornariam formidável por terra. (PORTO-ALEGRE, 1973, p. 121/122)

Percebe-se que a narrativa literária ameniza o combate. Como vimos no relato histórico e no jornal *O Povo*, houve, sim, tiros e derramamento de sangue. Trata também de dar nome aos heróis da ação, Garibaldi e Canabarro, da mesma forma que vimos no texto de Joaquim Teixeira Nunes. Parece que a não conquista da cidade do Desterro ficou “mal

resolvida”: na narrativa ficcional, Garibaldi chega a ameaçá-la com um canhoneiro.

Apolinário também toca na questão da relação Brasil/Europa, ou colonizados/colonizadores, aproximando-se do texto de Antonio Netto e de José Alves de Moares n’*O Povo*, defendendo a conquista não apenas de uma independência política e econômica, mas também o desejo de uma identidade americana, genuína, o que pode parecer contraditório em relação à fascinação do Partenon Literário em relação à cultura europeia:

Nesta terra abençoada onde a charrua do progresso só há quatro séculos começou a rotear, todos têm o seu quinhão na distribuição dos bens; ainda a esfinge da miséria e do infortúnio sem nome não atirou aos ângulos do espaço um enigma desolado que faz aborrecer a vida e blasfemar de Deus. *Ninguém morre de fome*. Os frutos prendem das árvores seculares, a maniva rebenta por mil estolhos do terreno inculto, os campos pejam-se de armentio sem conta. Parecem dizer: “Pássaros do céu, habitantes das florestas e das campinas, vinde, isto tudo é vosso”. O colono deixa a pátria, e das praias ultramarinas vem faminto, sequioso, desesperado ao éden do Colombo, à luz de um sol que alenta e não mata. *A Europa é o Prometeu mítico, em cujas vísceras o bico de um abutre trabalha sem cessar: a comuna que há de arrojá-la moribunda às portas do futuro*. Às vezes, o homem aqui mesmo arranca um grito de angústia, rola na degradação de sua própria entidade... Por quê? *Porque herdamos com uma civilização estranha, importada diariamente, seus vícios orgânicos*. *Esquecemos a originalidade que nos era própria pela cópia servil que nos mostra contrafeitos. Devíamos ser para imitar e não imitadores*. (PORTO-ALEGRE, 1973, p. 70, grifos nossos)

O herói idealizado por Apolinário Porto-Alegre, assim como o Manuel Canho de Alencar, também não estava na guerra mobilizado por ideais coletivos. O suicídio, o gesto último do desespero, foi gerado por um drama individual: a perda do grande amor. O final trágico coincide com a retomada do território catarinense pelos imperiais. Avençal pede ao General Canabarro para lhe confiar a bandeira republicana, quando já se via a derrota dos farrapos. O autor mistura personagens reais, como o próprio Canabarro e o capitão da Marinha imperial Frederico Mariath (citado no relato histórico de Moacyr Flores) na cena derradeira, mas dá a sua versão dos fatos, pintadas com tintas, digamos, parciais: “Derrota?! Não... Retirada gloriosa” (p. 144).

O governo central assustou-se com a tomada da Laguna, viu a ilha de Santa Catarina ameaçada de próxima invasão, como os navios mercantes apresados por um inimigo cuja audácia e valor não tinham limites e chegavam até as fortificações de Tamarim e Ratonas. Resolveu pois acabar com tão precária situação.

Nomeou no intuito o marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa comandante das armas da Província invadida, e chefe de uma força naval o capitão-de-mar-e-guerra Frederico Mariath.

No dia 15 de novembro de 1839 entre imperiais e republicanos ia renhir-se porfiada luta, em que ambas as facções tinham de cobrir-se de memorável glória.

Canabarro campava na bateria que defendia o porto. Garibaldi com a esquadrilha em ordem de batalha.

Rompeu o fogo...

Quantas façanhas, quantos atos de bravura e heroísmo não ficaram sepultos nesse dia em nuvens de fumo, no fundo das águas e no estrupido da peleja?

Como Canabarro e Garibaldi sorriam jubilosos, sob um céu de metralha e fogo! Leões da guerra, colunas avançadas da liberdade, cederam; mas, quando o exército dizimado por forças superiores constituiu num pugilo de bravos, quando da flotilha se viam apenas fragmentos boiantes sobre as ondas, cederam, é certo, ao número de recursos poderosos, não ao esforço e bizarria. Grandes na vitória e no infortúnio. Grandes na derrota, porque tinham no coração as lágrimas do desespero! Derrota?! Não... Retirada gloriosa, ressaca de vagalhões que imprimiram o selo de sua pujança onde bateram, fracassando.

Senão, por que não os seguiram aqueles que cantavam os hinos triunfais? Por que os deixaram voltar sem oferecer combate, quando eram senhores da liça? (p. 143-44)

Muitos outros elementos poderiam ser destacados do texto de Porto-Alegre, mas no momento, contentamo-nos em estabelecer a relação do texto literário com o relato histórico e jornalístico, de forma a demonstrar, ainda que parcialmente, a literatura como fonte do tempo de sua escritura (PESAVENTO, 2008). Acreditamos que o relato ficcional diz *além* do produzido cientificamente pela História, ou do narrado de forma tendenciosa e apressada pelo periodismo. Em nosso caso, a literatura é reveladora de um processo de sedimentação simbólica da Revolução Farroupilha; ela diz muito

do tempo do autor, das escolhas dos intelectuais que foram os pioneiros na produção desse discurso.

É no cruzamento dessas diferentes *sensibilidades*, voltando ao termo usado por Pesavento (2008), que buscamos um novo olhar para o objeto abordado neste ensaio:

Capturar as razões e os sentimentos que qualificam a realidade, que expressam os sentidos que os homens, em cada momento da história, foram capazes de dar a si próprios e ao mundo, constituiria o *crème de la crème* da história, a meta buscada por cada pesquisador! Funcionaria como o reduto mais íntimo da *enargheia*, essa impressão de vida ou força vital deixada pelos homens no mundo. (PESAVENTO, 2008, p. 185-86)

Esse novo olhar baseia-se na perspectiva *cultural* e, nesse sentido, a superação do paradigma marxista da proposta de Morin (2006) é fundamental. O que vimos neste breve exercício foi a *cultura* construída em uma relação dialética, metabolizante e bivectorizada, onde há espaço para mudanças e relações com os diferentes âmbitos da vida humana. A experiência assimilada, estocada e imaginada sobre a Revolução Farroupilha desdobra-se de forma dialética com os imaginários e representações, demonstrados aqui através dos discursos histórico, jornalístico e literário, em um sistema que se retroalimenta e muda com o passar dos tempos. Como afirma Pesavento, “o que muda não é o acontecimento em si, mas sua forma de interpretá-lo” (2008, p. 184).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa gaúcha: história, historiografia & política*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal de Rio Grande, 2000.

BORGES, Jorge Luis. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Globo, 2002. v. 1.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

DACANAL, José Hildebrando (org.). *A Revolução Farroupilha: História e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

FISCHER, Luís Augusto. *Literatura gaúcha*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1990.

_____. *Dicionário de História do Brasil*. 4 ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

GONZAGA, Sergius. As mentiras sobre os gaúchos: primeiras contribuições da literatura. In. FREITAS, Décio et al. *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

HARTMANN, Ivar. *Aspectos da guerra dos farrapos*. Novo Hamburgo: Feevale, 2002.

HOHLFELDT, Antonio. *O gaúcho: ficção e realidade*. Brasília: Edições Antares/INL, 1982.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa farroupilha*. Porto Alegre: IEL/Edipucrs, 1994.

MEYER, Augusto. *Prosa dos pagos (1941-1959)*. Porto Alegre: IEL/Corrag, 2002.

MOREL, Marcos. *A imprensa periódica no século XIX*. Rede da memória virtual brasileira. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://catalogos.bn.br/redememoria/periodico/xix.html>>. Acesso em 27 de outubro de 2008.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. v. 2.

O POVO. MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos interessantes para o estudo da grande revolução de 1835-1845*. Porto Alegre: Dep. de História Nacional, 1930. v. 2.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Farrapos, liberalismo e ideologia”. In:

_____. Fronteiras da História: uma leitura sensível do tempo. In: SCHÜLER, Fernando (org.) *Fronteiras do Pensamento – Retratos de um mundo complexo*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2008.

_____. Uma ideologia em Farrapos. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, n. 61, p. 75-83, 1985.

PORTO-ALEGRE, Apolinário. *O vaqueano*. São Paulo: Editora Três, 1973.

VIANNA, Lourival. *Imprensa gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977.

Data de recebimento: 15 mar. 2014.

Data de aprovação: 30 maio 2014.